

o autor designa por «tratamento político da diferença cultural», face aos processos inevitáveis de segregação social, bem mais convincente — parece-nos — do que o apelo a um novo «entendimento» do lugar da França no mundo, de que o exemplo acabado seria a vitória da equipa nacional no campeonato mundial de futebol de 1998!

Para terminar, três questões podem ser colocadas. Pelo emprego de uma metodologia de investigação deliberadamente qualitativa, que incluiu o recurso à chamada «intervenção sociológica» (por exemplo, no caso dos transportes parisienses), e pelo prosseguimento do uso do conceito de «sujeito» ou «actor social» do modo como é feito, não há dúvida de que este trabalho de Wieviorka se inscreve na perspectiva da «sociologia da acção» teorizada há mais de quarenta anos por Alain Touraine. Fica, contudo, a dúvida sobre se esta perspectiva de análise sociológica, forjada para dar conta da acção dos «movimentos sociais», será a mais adequada para estudar fenómenos onde a individualização e a fragmentação social têm certamente efeitos preponderantes. Finalmente, fica também a reserva acerca da confiança manifestada pelo autor na missão do «Estado republicano», como instituição fundamental de promoção de uma «sociedade democrática». Reserva porque a análise sociológica pode ser aqui insuficiente; a análise histórica, por um lado, e a análise política, por outro, são, em Wieviorka, notoriamente rudimentares (por exem-

plo, a evolução da esquerda face à pressão «securitária» mereceria toda uma outra análise). E reserva também porque do que se trata neste livro é do Estado «francês», sem que esse quadro seja devidamente equacionado. Mas não sejamos excessivamente exigentes: o título do livro é, afinal, *A Violência... em França*.

JOÃO FREIRE

Peter McDonough, Samuel H. Barnes e António López Pina, The Cultural Dynamics of Democratization in Spain, Cornell University Press, 1998, 288 páginas.

Este livro oferece-nos uma análise da evolução da cultura política e do desenvolvimento de uma nova legitimidade democrática desde os últimos anos do regime autoritário franquista até ao princípio dos anos 90, detendo-se com minúcia nos factores que explicam o apoio recebido pelo Partido Socialista durante a maior parte dos anos 80 e na análise da participação política em Espanha.

A transição espanhola é considerada positiva e eficaz, e esta obra pretende tornar extensivo à sociedade espanhola o êxito do processo, êxito esse que, de acordo com diferentes estudos (Raul Morodo, 1984; J. M. Maravall, 1986; J. Santamaría, 1981),

é geralmente monopolizado pelas elites protagonistas da mudança.

Os autores, que têm vindo a trabalhar durante os últimos vinte anos no campo da cultura e da participação política, publicando artigos em conjunto sobre a legitimidade e a cultura política espanhola, revelam-nos, através de estudos sociológicos realizados em 1978, 1980, 1984 e 1990, a interpretação que os cidadãos espanhóis fazem da mudança de regime e o modo como aprendem a distinguir entre instituições e governos e a exigir responsabilidades políticas.

Os autores levantam três questões, a que procuram dar resposta ao longo do trabalho. Sobre que bases assenta a legitimidade da jovem democracia espanhola? Terá sido a ausência de polarização que facilitou a consolidação democrática durante os governos socialistas, depois de alguns anos iniciais de governos de centro-direita? Por que razão é tão baixa a participação política em Espanha?

A primeira questão contém um dos três pilares da obra, nomeadamente a análise do nível de confiança dos cidadãos no regime democrático e do seu apoio ao governo. Foi possível comprovar as distinções que os cidadãos fazem entre um regime autoritário e um regime democrático, uma vez que a maioria dos entrevistados entre finais dos anos 70 e 1990 viveram sob ambos os regimes — hoje, em 1999, a tarefa seria difícil de realizar, já que mais de metade dos espanhóis alcançaram a maiori-

dade numa altura em que a Espanha dispunha já de um regime democrático. Distinguir entre regime e governo é uma tarefa fácil para os académicos, mas não tanto assim para os cidadãos. Primeiramente têm de rever os critérios convencionais que lhes servem de base para criar um novo modelo de legitimidade, o que constitui uma das novidades introduzidas por este livro no estudo da legitimidade política em Espanha. Partem, assim, de uma divisão de critérios — políticos, económicos e sociais —, bem como da ideia de que não é através da distinção entre democracia e ditadura que se chega ao conhecimento do grau de legitimidade de cada sistema. Os primeiros quatro anos da democracia em Espanha foram muito difíceis, tanto em termos de responsabilidades políticas, com os problemas do terrorismo e o aumento da criminalidade, como em termos económicos, com uma forte recessão que fez baixar de modo alarmante a qualidade de vida dos espanhóis. Cruzadas estas variáveis políticas, sociais e económicas com as configurações demográficas e culturais, os cidadãos dão luz aos matizes do apoio à democracia e da oposição ao franquismo.

A mudança da legitimidade em Espanha emerge do paulatino desaparecimento das clássicas clivagens de ruptura, religião, classe e região. Quanto à religião, tal como foi já demonstrado noutros trabalhos (Linz, 1986; Perez Díaz, 1996; Pilar del Castillo, 1994), trata-se de um conflito que esfriou ao nível das elites,

mas que continua latente na cultura política democrática, não obstante o facto de a correlação entre a atitude perante a Igreja e a identificação partidária ser cada vez mais ténue. O esbatimento dos conflitos de classe está relacionado com as mudanças que se produziram nas sociedades industriais desenvolvidas, onde, uma vez satisfeito o mínimo das suas necessidades, o apoio político passa a ser condicionado mais por critérios pós-materialistas (Inglehart, 1995) do que por critérios de identidade ou ideológicos. Os autores falam do esfriamento do critério regional como uma superação dos problemas das nacionalidades que perduraram ao longo de todo este século. Para justificarem esta interpretação recorrem ao exemplo dos partidos nacionalistas bascos e catalães, que pactuaram indistintamente com a direita e a esquerda estatal de modo a conseguirem uma maior autonomia na gestão dos recursos. Prioridade económica que é compreensível no caso catalão, mas que será mais discutível no caso basco.

Existem três principais variáveis que determinam a orientação positiva rumo à democracia e a satisfação dos cidadãos com a sua eficácia: o interesse manifestado pela política, a dimensão da cidade e a educação. Esta é a mudança que os três autores demonstram no seu estudo. A despolarização, conceito-chave na explicação da mudança política em Espanha, tal como o foi o consenso e a reforma pactuada, é a primeira condição que permite o posterior desenvolvi-

mento e consolidação da democracia espanhola. Esta despolarização tem fortes raízes na transformação estrutural da Espanha num país de serviços e surge também apoiada no distanciamento estratégico da confrontação por parte dos partidos políticos, sujeitos ainda ao peso da memória da guerra civil. Este último factor é apresentado em diversos ensaios como o principal artífice da moderação política em Espanha (Paloma Aguilar, 1996).

Mas nem só de moderação se alimenta a legitimidade democrática em Espanha. De facto, os autores apontam como base desta legitimidade outros dois elementos, nomeadamente a confiança institucional e a justiça social. A confiança institucional é fortemente condicionada neste estudo pela figura do rei, uma interpretação que goza quase de total unanimidade entre os estudiosos do processo de transição espanhol, roçando a hagiografia e o ocultamento de qualquer relação do rei João Carlos com o regime franquista, que devolveu a monarquia a Espanha depois de ter derrubado militarmente a 2.^a República espanhola. No presente trabalho mostra-se de que modo o rei funcionou como ponte, unindo o mundo sociológico do franquismo à sociedade moderna e democrática, sem rupturas e num processo de estável continuidade. A justiça social e sua vinculação à legitimidade é um tópico menos desenvolvido neste trabalho. A rejeição de posturas maximalistas por parte dos partidos de esquerda espanhóis

permitia um outro espaço mais pragmático que não o do neoliberalismo (a terceira via de Guiddens e T. Blair). P. McDonough, S. H. Barnes e A. López Pina fazem-se eco de outros estudos e demonstram através das suas sondagens, realizadas ao longo de quatro períodos diferentes, o modo como a cultura política espanhola difere substancialmente da dos Estados Unidos e da maioria dos países da União Europeia no que toca a conferir prioridade à justiça social na agenda política e, sobretudo, a atribuir responsabilidades ao governo pelas eventuais carências sociais. O interesse dos cidadãos pela justiça social e a distribuição da riqueza constituíram uma das razões que permitiram a transição sem traumas de um governo de centro-direita para outro encabeçado pelo Partido Socialista. E aqui começa a segunda parte do livro.

Com o desaparecimento ou o esbatimento das antigas clivagens diminuiu a propensão para o extremismo e aumentaram os níveis de negociação e compromisso. A despolarização estabeleceu as bases para a institucionalização da competição, em substituição do conflito. Nos inícios dos anos 80, os espanhóis eram da opinião de que as condições de vida em Espanha tinham piorado. Perante a provocação reaccionária da direita, o PSOE adoptou posturas moderadas e centristas sem cair no confronto. Este pragmatismo é resumido da seguinte forma pelos autores: «Rapidamente denominado *felipismo*, o pragmatismo

idealizado por Felipe González unia-se ao oportunismo triunfalista do franquismo, coincidindo no abandono de ideologias pesadas» (p. 68). Isto permitiu que se produzisse pela primeira vez em Espanha a alternância do poder sem risco de convulsões no sistema político. Foi importante, como sublinham os autores, o impacto que o fracasso do primeiro governo de Mitterrand, pelos seus postulados maximalistas de esquerda, teve sobre a concepção da estratégia política do PSOE, destinada a não prejudicar os interesses de nenhum colectivo e que culminava a sua viagem iniciada com o começo da transição para um partido «agarrado». O apoio social ao franquismo tinha a sua base mais ampla nos sectores conservadores; a UCD ampliou esta base e o PSOE gozou de três maiorias absolutas consecutivas de 1982 a 1993. Quais são as características específicas da formação da base de apoio ao Partido Socialista e sua posterior consolidação?

O triunfo do Partido Socialista em 1982 é interpretado por alguns autores (v. Pérez Días, 1996) como um aproveitamento do suicídio político cometido pelo centro-direita espanhol, com a decomposição da UCD. De acordo com este modelo, aquilo que os socialistas fizeram foi preservar as políticas económicas e conservar o *status quo*, dando prioridade à luta pelo controle da inflação, às liberalizações parciais e à prudência no desenvolvimento constitucional iniciado pelo anterior governo. O trabalho de P. McDonough, S. H. Barnes

e A. López Pina demonstra que existiu um sentimento popular favorável à maior distribuição e justiça social e que os cidadãos, no momento do voto no Partido Socialista, tiveram em conta mais a situação do país do que a sua própria situação pessoal. Alternando políticas de crescimento com outras de distribuição e a reconversão industrial com o apoio social aos incapacitados, os socialistas conquistaram o apoio do eleitorado ao longo dos anos 80 através de uma política de moderação. Os fundos europeus desempenharam um papel de vital importância na manutenção das medidas protectoras do Estado social que os seus votantes exigiam. Foi possível manter o apoio da ala mais esquerdista do Partido Socialista graças aos referidos fundos e à autoridade moral de que gozava o Partido Socialista, que foi capaz de convencer aquele sector de que o desenvolvimento da Espanha exigia sacrifícios por parte dos operários do sector industrial.

No que toca à mudança da cultura política dos espanhóis durante a década de governo socialista, comprova-se no estudo que, no final dos anos 90, os espanhóis tinham conseguido vincular a confiança no sistema democrático à ideia da prosperidade económica. Neste ponto, a comparação retrospectiva com o franquismo reforça a escassa atracção exercida por uma alternativa antidemocrática. Assim, quando a economia entrou em recessão após os faustos de 1992 (Olimpíadas e

Expo), o apoio aos socialistas baixou, mas a democracia não sofreu um colapso devido à paralisação do desenvolvimento. Os votantes podiam compreender a tendência negativa da economia, mas mostraram-se intransigentes quanto aos casos de corrupção e delitos de Estado que perseguiram o PSOE até à perda do governo, em 1996. Os governos socialistas contribuíram para o esfriamento das paixões com as suas políticas despolarizadas que aceleraram a mudança estrutural em Espanha e a procura de resolução dos conflitos pela via da negociação. Esta despolarização veio acompanhada de um efeito que os autores consideram negativo e preocupante: a baixa participação política na sociedade espanhola. A terceira parte do livro dedica-se a explicar os motivos estruturais que motivam a referida falta de participação.

Por que razão é tão baixa a participação política em Espanha?

É claro que os autores não consideram a despolarização a única culpada.

Os motivos convencionais que explicam esta situação — uma ditadura de quarenta anos que tinha anesthesiado a sociedade civil e a ausência de partidos políticos durante este período — também não são convincentes quando se compara a Espanha com outros países igualmente privados de liberdade política durante bastantes anos, mas cujos níveis de participação se revelam mais elevados. Os países utilizados para a comparação são o Brasil e a

Coreia do Sul. O estudo dá conta de três factores que poderiam ter contribuído para esta baixa participação. Na esteira da despolarização que caracteriza a mudança cultural em Espanha encontramos o primeiro factor explicativo, a Igreja, a qual, segundo os autores, renunciou à criação de um partido político e se recusou a mobilizar os seus fiéis em prol da concórdia e do consenso. É bem possível que a Igreja, ao conseguir uma posição de privilégio na Constituição espanhola, bem como financiamento para os seus centros educativos, se tenha dado por satisfeita, recolhendo-se nos seus templos. Os autores comprovam o papel da Igreja como um factor de dinamização muito importante nas novas democracias e demonstram que os cidadãos religiosos são mais participativos do que aqueles que o não são. O segundo factor seria o elevado nível de desemprego. A Espanha conviveu, surpreendentemente, com uma elevadíssima taxa de desemprego, sem que por isso se tenha sentido ameaçada por um cataclismo social ou político. Nenhum dos países analisados pelos autores possui um índice de desemprego tão elevado. O paralelismo entre baixa participação e desemprego estrutural não é uma mera coincidência. Por um lado, o mundo laboral actua como um dos principais dinamizadores da participação dos cidadãos e, por outro, os desempregados são prisioneiros da sua própria necessidade e não dispõem de tempo para se associarem. Noutros países com níveis de desem-

prego mais baixos, os desempregados actuaram como um colectivo, exercendo pressão sobre os governos; em Espanha tal situação não se verificou. O terceiro factor é a incorporação tardia da mulher no mundo laboral. Os estudos efectuados na década de 80 e princípios dos anos 90 mostram-nos que a mulher possui mais vocação para se comprometer com a sociedade, pelo que a sua baixa representação no mundo laboral terá impedido a dinamização deste sector. A Espanha, em comparação tanto com o Brasil e a Coreia como com as democracias ocidentais, apresenta uma baixa representação da mulher no mundo do trabalho, não obstante o trabalho feminino ter sido substancialmente incrementado durante os anos 90. Estes três factores não explicam, por si só, a baixa participação política dos cidadãos espanhóis, mas a sua coincidência no mesmo período de tempo pode oferecer-nos a chave para esclarecer o enigma do reduzido compromisso civil dos espanhóis ao longo dos anos estudados.

A mudança política trouxe consigo uma mudança cultural. Porém, tal como a mudança política se produziu mediante uma reforma pactuada, também a mudança cultural se apoia sobre as bases da despolarização, da moderação e da negociação. Não quer isto dizer que os cidadãos espanhóis não saibam pedir responsabilidades políticas aos seus governantes, ou que dêem por satisfatória qualquer argumentação explicativa da mudança de posição do partido que

apoiaram durante uma negociação, mas sim que mediante o seu voto retrospectivo são capazes de castigar os governos sem colocarem em questão o sistema democrático.

BRAULIO GÓMEZ FORTES

AAVV, Metropolis International Workshop — Proceedings, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1999, 319 páginas.

I. As «metrópoles» sempre foram lugares de diferença e heterogeneidade. Os textos clássicos de Simmel e de Wirth sobre o tema apenas nos relembram uma característica iminente ao contexto urbano. As cidades europeias conheceram, no entanto, grandes mudanças recentes. Uma das mais importantes é, como nos lembra Joaquín Arango neste livro, a de que as sociedades onde estão inseridas se viram, nos últimos cinquenta anos, transformadas em sociedades «multiétnicas e pluriculturais». Isso resultou sobretudo da evolução das correntes migratórias: uma conjugação de circunstâncias que permitiu uma importação maciça de trabalho após 1950 e o facto de muitos dos trabalhadores «convidados» se terem decidido fixar nos países de acolhimento. Uma vez que muitos destes processos ocorreram em contexto urbano, as cidades europeias

passaram a conhecer situações semelhantes às que as cidades do Novo Mundo testemunhavam já desde o século XIX. Não é por acaso que o debate acerca da inserção urbana e integração dos migrantes, nomeadamente no que concerne a fenómenos de segregação residencial e social, é de origem americana. Com o tempo, o tema passou a interessar, de forma crescente, a Europa — embora as feições da inserção espacial e social dos migrantes não sejam exactamente as mesmas. O actual volume testemunha, precisamente, a complexidade dos padrões europeus — mesmo se a ideia de unicidade americana não está também isenta de reflexão (como demonstra Mark Miller num outro capítulo deste livro).

A heterogeneidade da experiência migratória europeia é conhecida. Enquanto a migração para o Novo Mundo teve vagas cronológica e socialmente bem demarcadas, os movimentos internacionais de trabalho na Europa foram um complexo mosaico de experiências. Antes de mais, muitos países europeus (mas nem todos) foram exportadores de trabalho até meados do século XX. Após a segunda guerra mundial, sucedeu-se a imigração para os mais desenvolvidos (numa primeira fase sobretudo migrações intra-europeias, do Sul para o Norte) e, depois, um ganho de centralidade dos países do Sul — que, após os anos 80, foram palco de entradas imigratórias em volume significativo. A inserção espacial dos migrantes sempre foi também particular — e diferente da experiência ame-